

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

6ª EDIÇÃO • 2021



DE OLHO NA ADPF DAS FAVELAS NA MARÉ



70% das operações policiais aconteceram próximo a escolas e creches.



Em **nenhuma** operação policial foi identificado o uso de câmera de vídeo, áudio ou GPS.



83% das operações policiais aconteceram próximo de unidades de saúde.



Em apenas **uma** operação policial foi identificada a presença de ambulâncias e equipes de saúde.



Em **60%** das operações policiais houve denúncias dos moradores de violação de domicílios.



Mesmo com o registro de 11 mortes em 20 dias de operação policial, a Redes da Maré identificou a realização de apenas **uma** perícia com parâmetros normativos.



20

OPERAÇÕES POLICIAIS

60% das operações policiais aconteceram em Maricílio Dias



22

MORTES POR ARMA DE FOGO

As mortes por intervenção do Estado mais que dobraram, passando de **5 em 2020 para 11 em 2021**.



06

DIAS DE ATIVIDADES SUSPENSAS NAS ESCOLAS DA MARÉ EM DECORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA ARMADA



15

CONFRONTOS ENTRE OS GRUPOS ARMADOS

Redução de **42%** dos confrontos entre os grupos armados.



103

OUTRAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

81% das violações de direitos foram provocadas por agentes da segurança pública e **19%** foram provocadas por integrantes dos grupos armados.



38

DIAS COM IMPACTOS NAS UNIDADES DE SAÚDE

14 dias com fechamento integral das unidades. **8 dias** com fechamento parcial das unidades e **16 dias** com a suspensão das atividades externas.

APRESENTAÇÃO

O Boletim Direito à Segurança Pública na Maré reúne, anualmente, dados inéditos sobre a violência armada no conjunto de favelas da Maré, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Os dados quantitativos e qualitativos são coletados continuamente pelo projeto “**De Olho na Maré!**”, desenvolvido pelo eixo *Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça*, da Redes da Maré. Ao longo dos últimos anos, o monitoramento diário dos diferentes impactos da ação ou da omissão do Estado no conjunto de favelas da Maré evidencia o quadro de insegurança urbana causado por um modelo de segurança pública de confronto, predominante no Rio de Janeiro, que submete moradores de favelas e periferias a condições extremas de injustiça, negação de direitos, invisibilidade, medo e dor.

Após 18 meses de suspensão de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro, no período de pandemia da covid-19, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da “ADPF das Favelas”, o **6º Boletim Direito à Segurança Pública na Maré** analisa os efeitos e a efetividade desta determinação. Destacamos como seu cumprimento varia entre a Maré e outras favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou mesmo entre as 16 favelas que formam a Maré. A efetividade da suspensão também varia com o passar do tempo, havendo um aumento do número de operações após um período de maior restrição. Diante destes efeitos inconsistentes no tempo e no espaço, semelhante ao que observamos na “ACP da Maré” de 2017¹, debatemos o papel de instrumentos e instituições jurídicas na contenção dos impactos violentos da política de segurança pública no Rio de Janeiro. Enquanto isso, o domínio territorial de grupos armados permanece fortalecido e a população segue oprimida pela violência armada.

1. O Sobre a Ação Civil Pública da Maré (“ACP da Maré”) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (“ADPF das Favelas”), veja as edições anteriores deste Boletim em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/22/de-olho-na-mare>

A metodologia de coleta de dados envolve cinco fontes:

- i** Atuação direta de pesquisadores e profissionais da Redes da Maré, que acompanham de perto os momentos de confrontos armados, com plantões, registros de casos, recebimento de denúncias e acompanhamento de seus desdobramentos;
- ii** Articulação de uma rede de colaboradores, com 197 moradores e 21 organizações atuantes nas favelas da Maré, que contribuem reportando e validando evidências sobre as violências ocorridas;
- iii** Coleta de dados oficiais junto às secretarias de governo municipal e estadual, além das polícias e institutos de pesquisa, como é o caso do Instituto de Segurança Pública (ISP), assessorias de comunicação das Polícias Militar e Civil e Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Rio de Janeiro;
- iv** Levantamento em meios de comunicação e redes sociais a respeito dos eventos que ocorrem na região;
- v** Ida da equipe do “De Olho na Maré” ao campo, até 48 horas após as situações de confronto armado, para confirmar a veracidade das informações recebidas;
- vi** Inserção e gestão do banco de dados para a criação de indicadores sobre violações de direitos.

UMA LEITURA GERAL SOBRE O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM 2021

Entre 2017 e 2021, aconteceram **132** operações policiais e **114** confrontos entre os grupos armados nas favelas da Maré. Juntos, estes 246 momentos de conflito causaram **157** mortes e interromperam por **94** dias o funcionamento das unidades de saúde e por **70** dias as aulas nas escolas da Maré.

Unificando os efeitos da **ação das polícias** e da **ação dos grupos armados**, busca-se demonstrar justamente que em vez de inimigos opostos, estes são dois lados da mesma moeda e se fortalecem mutuamente na dinâmica da violência armada. Diferente do que é retratado na mídia e em narrativas políticas, a violência armada no Rio de Janeiro não é formada por polos opostos em guerra. Após décadas, essa suposta “guerra” não apresenta nenhum resultado eficaz, nem no combate ao tráfico internacional de drogas e muito menos na diminuição dos conflitos locais, mas alimenta uma lucrativa indústria bélico-militar que toma todo o foco da agenda e do orçamento público fluminense². Os impactos negativos da violência armada nas favelas do Rio de Janeiro seguem registrando índices exorbitantes e retirando direitos.

Ambos os “lados” supostamente em guerra são efeitos da ação ou da omissão do Estado no conjunto de favelas da Maré e em outras periferias cariocas. Entendida como uma guerra, a violência armada é consequência - evitável - do modelo de política de segurança pública adotado no estado e na cidade do Rio de Janeiro. Segurança pública é um direito constitucional e é responsabilidade do Estado não apenas não praticar violações de direitos, como tem acontecido rotineiramente, mas também impedir que grupos armados se instalem territorialmente com controle e coação contra a população.

Ao longo dos anos de monitoramento realizado pelo “De Olho na Maré!”, tem-se destacado como o modelo de segurança pública nas favelas e periferias urbanas se limita, praticamente, a ações de confronto pela polícia, através das operações policiais de enfrentamento bélico e permeadas por ações arbitrárias e violações de direitos. As operações policiais, que poderia ser utilizada como um último recurso, vem sendo a principal atuação da polícia em favelas como a Maré, em detrimento de outras formas de se prover segurança pública como investigação, inteligência, policiamento ostensivo, entre outros. Dados revelam, ainda, que essa política vem impactando sobretudo na letalidade

2. Veja recente estudo do CESeC: <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/um-tiro-no-pe-impactos-da-proibicao-das-drogas-no-orcamento-do-sistema-de-justica-criminal-do-rio-de-janeiro-e-sao-paulo/>

2017  2021

132 
OPERAÇÕES POLICIAIS

114 
CONFRONTOS

157 
MORTES

94 
DIAS SEM
UNIDADES DE SAÚDE

94 
DIAS SEM
AULAS NAS ESCOLAS

violenta de uma parcela muito específica da população: os jovens, negros e moradores de favela.

Em 2021, este quadro bélico-militarizado que permite e tolera a ação arbitrária de agentes policiais e de grupos armados, produziu significativos impactos no Rio. Assistimos a duas grandes chacinas protagonizadas por agentes do Estado: em maio, uma ação da polícia matou oficialmente 29 pessoas na favela do Jacarezinho, se tornando a mais letal da história do Rio de Janeiro; em novembro, uma operação no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, terminou em 9 pessoas torturadas e assassinadas, com seus corpos jogados num manguezal. Às duas chacinas somam-se outros 43 episódios somente neste ano, provocados por operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com dados do Instituto Fogo Cruzado, apenas em 2021, houve 59 chacinas, resultando em 246 mortos.

Nas favelas da Maré, em 2021, ocorreram pelo menos duas operações policiais com características de ocupação do território, em que os policiais permaneceram por 26 horas consecutivas no Parque União e por três dias consecutivos em Marcílio Dias. Além de mortes, as ações foram marcadas por diversas casas invadidas sem mandado de busca e apreensão, por subtração de pertences, ameaças, violências físicas, humilhações e danos ao patrimônio pelos agentes de segurança pública.

Em meio ao contexto de pandemia, que, sabemos, afeta desproporcionalmente a população moradora de favelas e periferias, a dramática realidade levou o STF a determinar a suspensão de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro a partir de junho de 2020, salvo em casos excepcionais, com o fundamento de não se causar mais impactos negativos do que os já trazidos pelo cenário da covid-19. Como resultado, os dados empíricos da Maré apontam que a “ADPF das Favelas” reduziu consideravelmente os impactos da violência armada. O número de operações policiais caiu para menos da metade, passando de 39 em 2019 para 16 em 2020, impactando na redução de 88% da letalidade violenta provo-



PARQUE UNIÃO
26 HORAS
DE OPERAÇÕES
POLICIAIS



MARCÍLIO DIAS
3 DIAS
DE OPERAÇÕES
POLICIAIS

cada por agentes do Estado na região das favelas da Maré. Já em 2021, houve um aumento de 25% das operações policiais e 120% nas mortes por intervenção do Estado, mas ainda abaixo do registrado em 2019.

É muito significativo que as maiores diretrizes de preservação da vida no Rio de Janeiro se dão com a contenção da ação de agentes da segurança pública em áreas de favela. Ainda assim, o descumprimento de decisões judiciais da mais alta corte do país por instituições estaduais é flagrante. E isso se evidencia não apenas quanto à conduta de agentes das forças de segurança (individual e corporativamente), mas também nos discursos das próprias autoridades governamentais.



No Estado de Direito não pode existir operação de vingança. Quem as promove e quem delas participa viola não apenas a ordem deste Tribunal, comete também abuso de autoridade. No Estado de Direito não pode existir execução extrajudicial nem resistência seguida de morte. Quem as promove e quem delas participa abusa de autoridade e ataca frontalmente o Estado. No Estado de Direito não pode existir tortura. No Estado de Direito não existem mortes com merecimento: o Estado jamais pode tirar a vida de alguém apenas porque tem maus antecedentes. No Estado de Direito não se pode tolerar a impunidade dos agentes que, tendo autoridade pública, dela abusam para praticar crimes (...) Uma operação não justificada ou mal planejada e o uso desproporcional da força violam as normas de conduta policial. Se em razão disso, pessoas vierem a ser atingidas, é necessário investigar a responsabilidade do agente de Estado. No Estado de Direito não há bala perdida (...) quem faz operação autonomizada não é policial, é miliciano. E miliciano não pode ter lugar no Estado de Direito e muito menos na polícia. (Edson Fachin, Ministro do STF - Julgamento da ADPF das Favelas, 2021).

Em contraste, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, elogiou a atuação da polícia no Jacarezinho dizendo que os agentes “agiram de maneira fiel” ao tentar cumprir os mandados de prisão e em relação aos mortos da chacina do Salgueiro disse “certamente coisa boa não estavam fazendo”³.

3. Fonte <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/07/claudio-castro-defende-acao-da-policia-no-jacarezinho-e-diz-que-rj-e-o-maior-interessado-em-apurar-as-circunstancias.ghml>

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ARMADA NO ACESSO À DIREITOS

Além das violações diretas de direitos individuais (vida, integridade física, liberdade e até à propriedade), a violência armada impõe obstáculos significativos para os moradores das favelas da Maré ao acesso a direitos sociais e coletivos – como o direito à educação e à saúde. Isso significa que, apesar de todas as lutas dos moradores por melhorias na qualidade de vida, e apesar de importantes conquistas como o crescente número de escolas na Maré⁴, a violência armada impede que melhorias perdurem e condena a população a permanecer nos ciclos de pobreza, violência e negação de direitos.

A violência armada causa, rotineiramente, a suspensão das atividades escolares. O “De Olho na Maré!” identificou 6 dias sem aula por conta das ações da violência armada na Maré, em 2021. Destes, 5 foram em decorrência de operações policiais e 1 por conta da ação de grupos armados. Para além deste impacto direto, a militarização do cotidiano também leva a significativos danos à saúde mental dos profissionais, estudantes e familiares, além de depredar o patrimônio das unidades escolares. Com isso, impulsionam-se a evasão escolar e a rotatividade dos profissionais⁵.

Embora tenha apresentado um leve aumento em relação a 2020 (total de 3 dias), a quantidade de dias sem aula na Maré foi mais alta nos anos anteriores (vide antigas edições deste boletins). Isso ocorre, principalmente, por duas razões: a diminuição significativa do número de operações policiais em decorrência da ADPF das Favelas e o retorno gradual das atividades escolares presenciais, que por conta da pandemia iniciaram-se em março. Apesar disso, os impactos da pandemia na educação foram potencializados pela violência armada. Ou seja, em um ano de desafio para a educação de crianças, adolescentes e jovens em todo o mundo, na Maré, a violência armada agravou esta realidade.

Duas situações são exemplares do agravamento da situação na realidade das favelas da Maré. A primeira, em 2021, quando o retorno presencial foi dificultado nas escolas da Maré. Após um ano da suspensão das aulas presenciais, o município do Rio de Janeiro noticiou a abertura das escolas de ensino fundamental para os dias 21 e 22 de abril, mas os alunos que frequentam escolas na região da Maré não tiveram a oportunidade de retornar às aulas por causa

4. Desde a primeira escola da rede pública municipal fundada na Maré, em 1936, foram construídas mais 45, sendo o ápice da ampliação os últimos seis anos, com a inauguração de 22 escolas em 2013, para 46 em 2018.

5. RIBEIRO, Fernanda Mendes Lajes *et. al.* Violência armada e saúde: investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

de uma operação da Polícia Civil realizada no dia 22 de abril, que atingiu pelo menos 4 favelas e impediu o funcionamento de 46 escolas.

A segunda ocorreu no momento seguinte à transição do ensino remoto para o presencial (acompanhando o aumento e seguida redução de casos de covid-19), em 03 de novembro. Mais uma vez, no dia 04 de novembro de 2021, deflagrou-se um confronto entre grupos armados na região conhecida como “divisa”, entre as favelas Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Nova Maré, área que delimita o território de atuação de dois grupos armados. O confronto ocorreu pela manhã, bem próximo a um conjunto de 12 escolas da região, período em que estudantes e profissionais estavam em atividades educacionais. Esta ação acarretou no fechamento de 17 unidades escolares, causando danos ao patrimônio das escolas e deixando a comunidade escolar impactada psicologicamente. Vários responsáveis pediram transferência ou deixaram de enviar os alunos para a aula, com medo da iminência de um novo confronto na região.

Assim como na educação, o acesso à saúde para os moradores das favelas da Maré também é impactado cotidianamente pela violência armada. O impacto é tamanho que as unidades de Atenção Primária localizadas em favelas e espaços populares do Rio de Janeiro seguem um protocolo criado pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha que se baseia na experiência de países em guerra. Este protocolo prevê quatro estágios que mudam de acordo com ações de violência na região.







Em 2021, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) reportadas à Redes da Maré, as unidades de saúde tiveram 14 dias sem atendimento (estágio vermelho), 8 dias com atendimentos interrompidos pontualmente (estágio laranja) e 16 dias com a suspensão das atividades externas (estágio amarelo).

No CMS Vila do João, por exemplo, que atende mais de 25 mil pessoas entre as favelas da Vila do João e Conjunto Esperança, a unidade precisou suspender suas atividades por 7 dias e em um dia limitou a circulação dos profissionais no território, impactando o cuidado domiciliar de pessoas em isolamento por covid-19. A Tabela 1 apresenta os impactos em diferentes unidades na Maré.




Em um contexto de pandemia, esses números têm uma dimensão ainda maior. Além dos atendimentos e atividades de promoção da saúde que deixaram de ser realizados, a paralisação das unidades de saúde impactou tam-

bém na vacinação contra a covid-19. Desde o início do processo de imunização, considerando as oscilações no processo de vacinação, as unidades de saúde da Maré chegaram a vacinar em média 650 pessoas por dia e por conta das operações policiais, as unidades tiveram que interromper as atividades parcial ou integralmente por pelo menos 22 dias, fato que atrasou a aplicação de dezenas de doses da vacina.

-  Prevê a manutenção das atividades normais de trabalho tanto no território quanto dentro da unidade de saúde.
-  Restringe o trabalho para dentro da unidade de saúde, ficando suspensas quaisquer atividades externas, seja visitas de rotina dos ACS, atendimento domiciliar da equipe, ou atividades de prevenção e promoção de saúde a serem realizadas.
-  Interrompe suas atividades externas e internas, sendo preciso fechar a unidade temporariamente, mas não é necessário evacuar os profissionais para outro local. Neste caso, há a possibilidade do equipamento voltar a funcionar, retornando à classificação amarela ou verde, ou, caso a situação se agrave, fechar definitivamente, evoluindo para a classificação vermelha
-  A unidade é fechada, resolvem-se os casos de usuários e atendimentos urgentes e avalia-se o melhor momento para todos saírem em segurança.

Fonte: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/208110/TCR%20Carine%20Ferreira_2020.pdf?sequence=1

Tabela 1: Protocolos de segurança acionados em Unidades de Saúde em 2021. Fonte: CAP 3.1

Unidade de Saúde - Atenção Básica	Local	Nº de moradores cadastrados		 
CF Jeremias Moraes da Silva	Nova Holanda	27331	7	4
CMS Vila do João	Vila do João	25766	1	7
CF Diniz Batista dos Santos	Parque União	21600	3	1
CF Adib Jatene	Vila dos Pinheiros	20428	5	4
CMS Américo Veloso	Praia de Ramos	20893	0	0
CF Augusto Boal	Baixa do Sapateiro	16853	4	4
CMS João Cândido	Marcílio Dias	8171	4	12

OPERAÇÕES POLICIAIS E OUTRAS AÇÕES DA POLÍCIA NA MARÉ EM 2021

Em 2021, o “De Olho na Maré!” monitorou as operações policiais na Maré considerando três tipos de ações e seus impactos: operações policiais planejadas, operações policiais emergenciais e outras ações da polícia. Neste ano, o projeto identificou 11 operações policiais planejadas, 9 operações policiais emergenciais e 3 outras ações da polícia. Em relação ao ano de 2020, o número de operações policiais aumentou 25%, passando de 16 para 20, e o número de mortes subiu 120%, passando de 5 em 2020 para 11 em 2021.



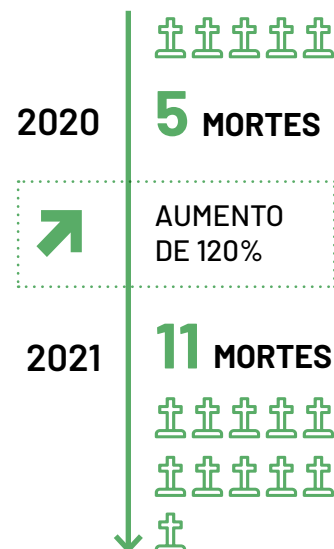
OPERAÇÕES POLICIAIS PLANEJADAS são tipicamente desencadeadas a partir de informações da própria polícia, por meio de denúncias, cumprimento de mandados judiciais de prisão e busca e apreensão. Essas ações táticas caracteristicamente utilizam equipamentos bélicos em grande quantidade, com forte armamento, além de carros e helicóptero blindados, causando longos e intensos confrontos que afetam diretamente a vida dos moradores locais.



OPERAÇÕES POLICIAIS EMERGENCIAIS são ações pontuais realizadas, geralmente, em situações que teoricamente justificariam a ação imediata, como um flagrante delito, uma perseguição ou, ainda, a recuperação de algum bem ou carga roubada. Este modelo de ação tática não envolve, tipicamente, um processo judicial ou inquérito em curso. É característico deste tipo de incursão que se verifiquem tiros e confrontos armados pontuais, com um tempo de duração limitado.



OUTRAS AÇÕES DA POLÍCIA são episódios que acontecem casualmente entre os agentes da segurança pública e integrantes dos grupos armados que não caracterizam uma operação policial, como por exemplo, trocas de tiro nas vias principais, como Av. Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela.



Apesar da suspensão das operações policiais em favelas do Rio de Janeiro no período de pandemia, por determinação do STF, apenas em quatro meses do ano não houve operações policiais na região da Maré. Nos demais meses, a tendência foi de mais de uma operação por mês, chegando a quatro nos meses de julho e outubro (vide Gráfico 1). Quatro destas operações resultaram em mortes (Gráfico 2).



OPERAÇÕES POLICIAIS POR MÊS

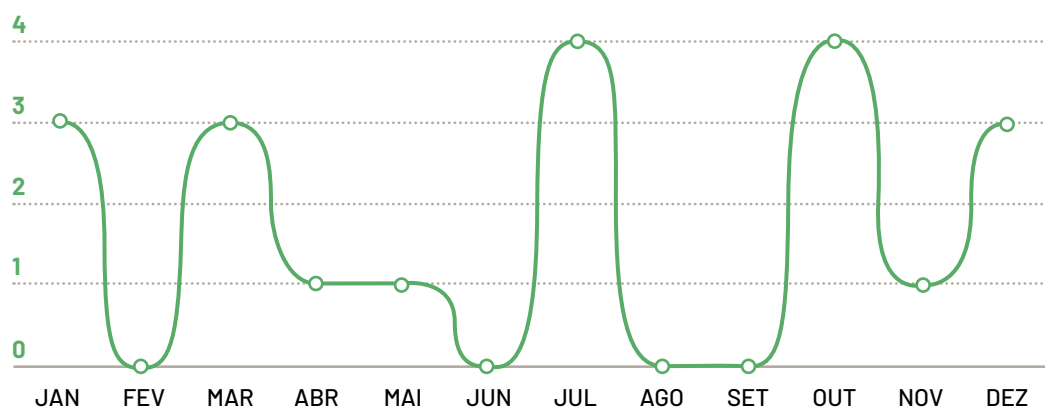


Gráfico 1: Número de operações Policiais por mês de 2021



MORTOS POR MÊS

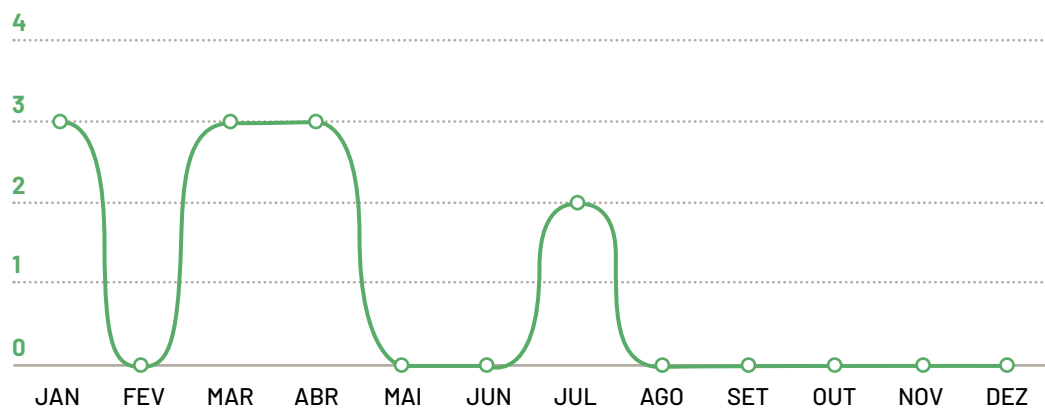


Gráfico 2: Mortes por intervenção de agentes do Estado por mês de 2021

Quanto às corporações policiais envolvidas, a Polícia Militar é a mais atuante em operações, isoladamente ou em parceria com outras forças (Gráfico 3). A predominância da PMERJ é significativa também quanto aos reflexos do investimento militarizado em detrimento de investimentos investigativos. Como resultado, os objetivos da maioria das operações na Maré, declarados oficialmente, são relativos à repressão reativa a crimes em vez de ação de inteligência para o desmantelamento dos grupos armados, como o discurso de guerra parece sustentar (Gráfico 4). Em uma das operações, ainda, há indícios de extra-oficialidade, pois policiais estavam à paisana e sem o conhecimento oficial da assessoria de comunicação da corporação.

AGENTE RESPONSÁVEL PELA OPERAÇÃO POLICIAL

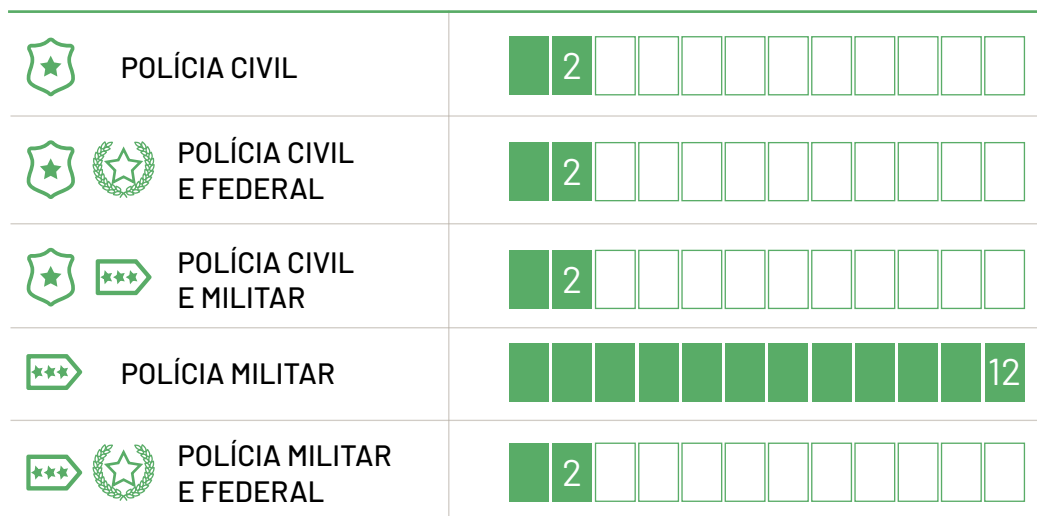


Gráfico 3: Agentes responsáveis pela operação policial em 2021

OBJETIVO DA OPERAÇÃO

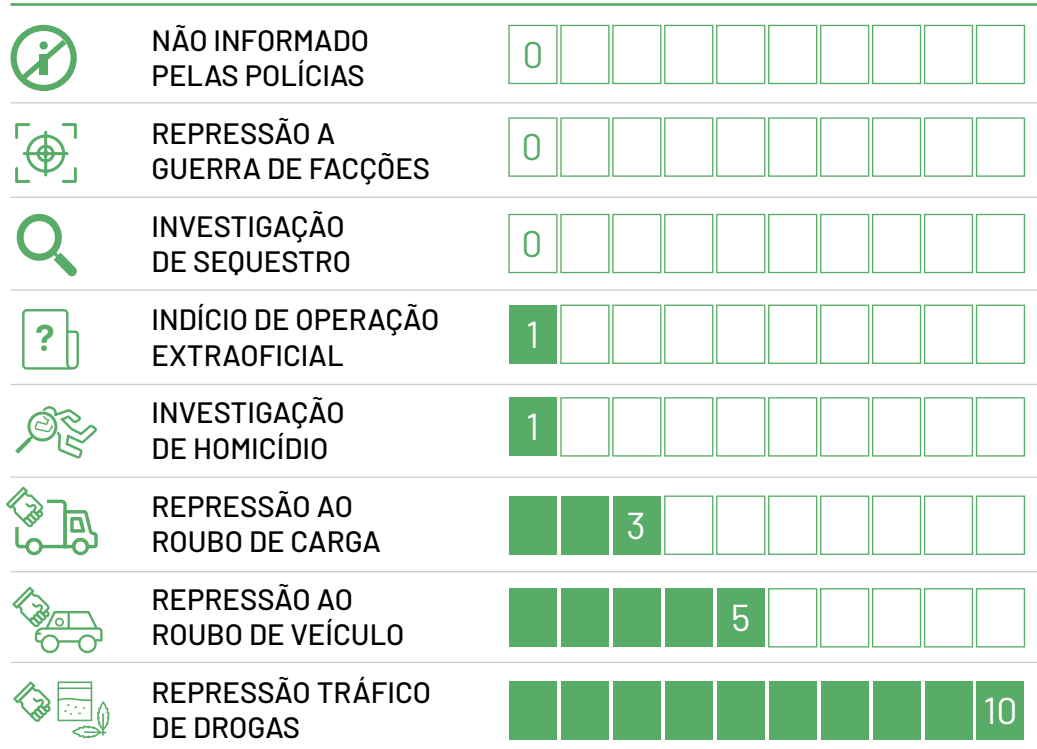


Gráfico 4: Objetivos da operação em 2021

Já quanto aos resultados das operações, a recuperação de objetos de crimes ou armas e drogas ilícitas representa uma média de apenas 25% do que poderia ser considerado o sucesso de uma operação destinada à repressão de crimes. Detenções também poderiam representar o cumprimento dos objetivos das operações, dentro desta lógica. No entanto, apenas 29% das operações tiveram detenções. Contrastando estes dados exíguos com as 11 mortes ocasionadas, novamente é de se questionar o propósito deste foco em operações da política de segurança pública no Rio de Janeiro.

Gráfico 5: Detenções e Apreensões em Operações Policiais Planejadas e Emergenciais nas Favelas da Maré

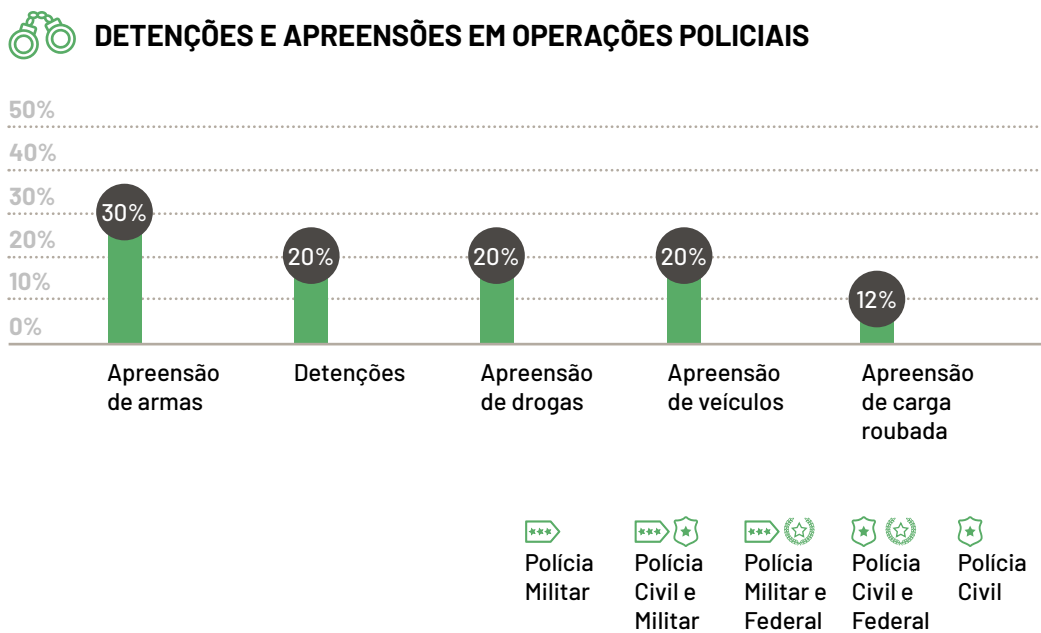


Gráfico 6: Objetivo da operação policial por tipo de polícia

	Polícia Militar	Polícia Civil e Militar	Polícia Militar e Federal	Polícia Civil e Federal	Polícia Civil
REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS	6	1	1	0	2
REPRESSÃO AO ROUBO DE CARGA	2	0	0	1	0
INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIO	0	0	0	1	0
REPRESSÃO AO ROUBO DE VEÍCULO	4	2	0	0	0
OPERAÇÕES COM DETENÇÕES	1	0	1	1	1
OPERAÇÕES COM APREENSÃO DE DROGAS	1	0	0	2	1
OPERAÇÕES COM APREENSÃO DE ARMAS	1	2	0	2	1
OPERAÇÕES COM APREENSÃO DE VEÍCULO	2	1	0	1	0

Além disso, os impactos deste modelo de segurança pública vão além da letalidade e, em dias de operação policial, autorizam um quadro generalizado de violações de direitos fundamentais dos moradores da Maré. Contrariando a legislação vigente, que exige mandados judiciais para que policiais efetuem abordagens e buscas em residências e automóveis, na Maré, estas abordagens são realizadas, via de regra, sem mandado e com abuso de autoridade que leva a outros atos de agressão e descumprimento indiscriminado da lei. O “De Olho na Maré!” registrou pelo menos **94 violações** de direitos em 2021, entre elas: invasão a domicílio, dano ao patrimônio, violência física, violência psicológica, violência verbal, ameaça, subtração de pertences, assédio sexu-

al, tortura, além de morte e ferimentos por arma de fogo. Se alguns destes absurdos fossem meios eficazes de combate ao crime, como se argumenta, seria de se esperar resultados mais significativos ao final das operações.

Violações de Direitos	Quantidade	Porcentagem
INVASÃO A DOMICÍLIO	34	36%
DANO AO PATRIMÔNIO	17	18%
MORTOS	11	12%
VIOLÊNCIA FÍSICA	7	7%
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	7	7%
VIOLÊNCIA VERBAL	6	6%
AMEAÇA	6	6%
SUBTRAÇÃO DE PERTENCES	3	3%
FERIDOS	2	2%
ASSÉDIO SEXUAL	1	1%
Total	94	100%

Tabela 2: Violências e violações de direitos em 2021

A partir do monitoramento do “*De Olho na Maré!*”, foi possível identificar que as operações policiais impactam não apenas a favela em que acontecem as ações de fato, mas em determinadas circunstâncias, os impactos se dão de forma ampliada no conjunto de favelas da Maré. No Mapa 1, as 16 favelas da Maré são agrupadas em 5 áreas, de acordo com as seguintes características geográficas: continuidade territorial, espaços comuns de sociabilidade e limites físicos ou simbólicos.

ÁREA 1

Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiros e Salsa e Merengue.

ÁREA 2

Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Nova Maré.

ÁREA 3

Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz e Parque União.

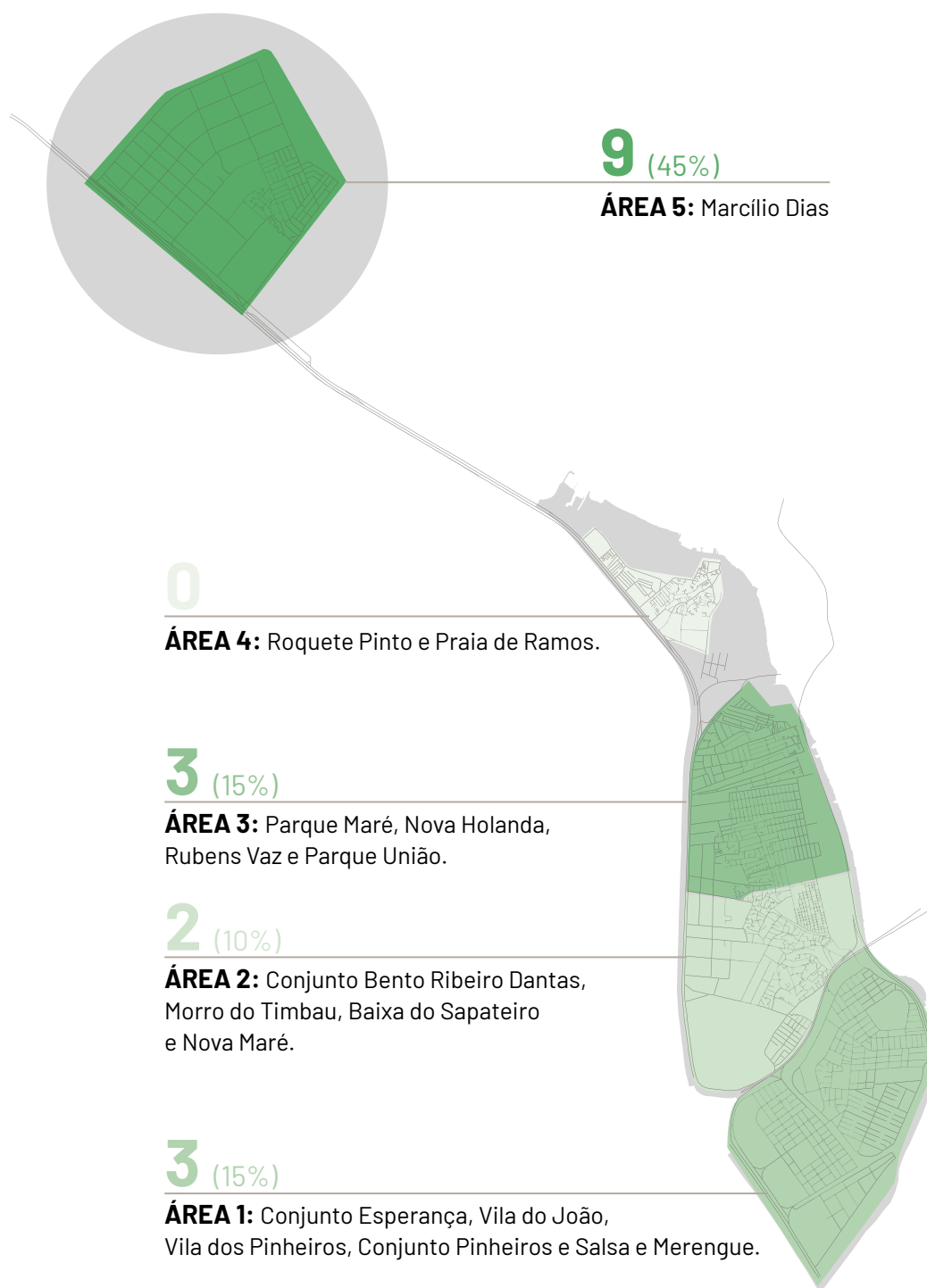
ÁREA 4

Roquete Pinto e Praia de Ramos.

ÁREA 5

Marcílio Dias

Mapa 1: Áreas atingidas pelas operações policiais na Maré em 2021



Algumas ocorrências da violência armada que acontecem em uma favela repercutem em toda uma área, dessa forma, as áreas remetem ao raio das repercussões mais intensas de determinadas situações. Por exemplo, durante uma operação policial no dia 14 de outubro de 2021, na Vila do João, um grupo de policiais militares do Batalhão de Operações Especiais entrou na favela com o objetivo de prender uma liderança do tráfico do Amapá. A ação, que teve 1h30 de duração, se desenvolveu somente nessa favela. No entanto, houve registro de tiros e as unidades de saúde de toda a área 1 acionaram o

protocolo de segurança, aguardando o encerramento da operação para reiniciarem as atividades. Isto ocorreu no primeiro dia da campanha de vacinação em massa na Maré, para a segunda dose contra a covid-19, colocando em risco a imunização.

Outro destaque territorial importante se refere a como certas favelas concentram maior número de intervenções policiais, como é o caso expressivo da Marcílio Dias e suas adjacências da Área 5 (vide gráfico 6 e mapa 1). Edições anteriores deste Boletim já apontavam para a situação crítica de Marcílio Dias, havendo um predomínio de operações policiais nesta favela ocupada por um dos grupos armados associados à venda de drogas – o que acusa uma seletividade explícita na ação da polícia.



FAVELAS ATINGIDAS PELAS OPERAÇÕES POLICIAIS

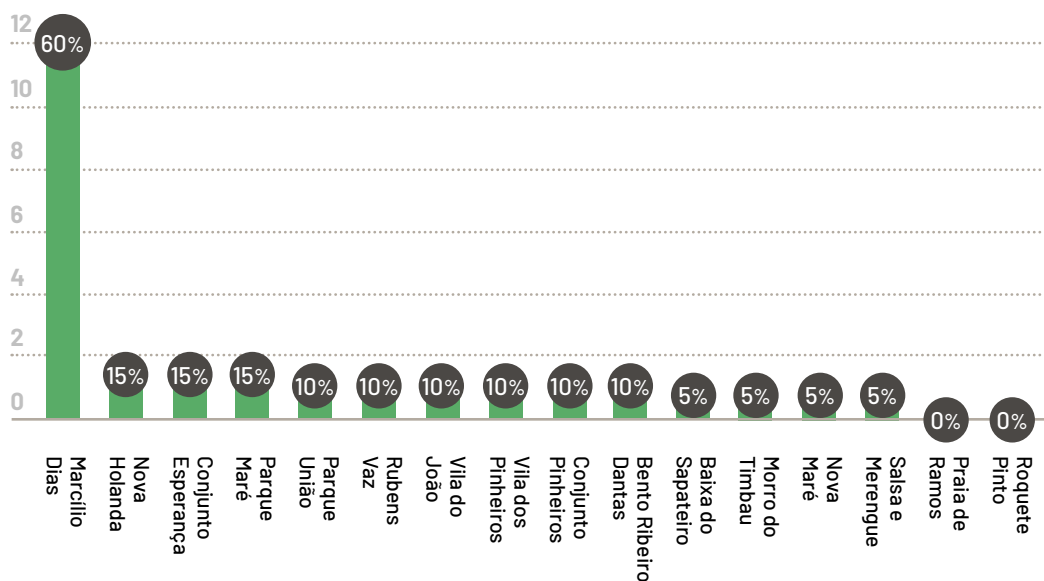


Gráfico 6: Favelas atingidas pelas operações policiais na Maré em 2021

A população local e do entorno reconhece amplamente que a Maré é composta por 16 favelas, incluindo Marcílio Dias. Mas alguns setores divergem e, em termos oficiais, esta favela não compõe o território da Maré, mas pertence ao bairro Penha Circular. Consequentemente, esta região é gerida por outra região administrativa e responsabilidade do 16º Batalhão da Polícia Militar sob jurisdição da 22ª Delegacia da Polícia Civil, enquanto o restante da Maré está na região do 22º BPM e da 21ª Delegacia de Polícia. Este fato se reflete nos dados da segurança pública na Maré, já que 60% das operações policiais e 36% das mortes aconteceram nesta favela - indicando a inconsistência da segurança pública por diferentes áreas da cidade.

Tabela 3: Favelas atingidas pelas operações policiais na Maré em 2021

Local	Operações Policiais	Mortes	Operações policiais não notificadas ao Ministério Público
[1] Marcílio Dias	9	4	6
[2] Outras 15 favelas da Maré	8	7	0

Por fim, é muito importante destacar que o contexto de operações policiais na Maré vem sendo monitorado continuamente e estão sendo coletadas evidências da influência de medidas judiciais perante o STF, como é o caso da “ADPF das Favelas” e, anteriormente, a “ACP da Maré”. Esta influência é evidente no Gráfico 7. No entanto, também é possível observar que a redução dos impactos negativos das operações policiais, potencializada pelo efeito desses instrumentos jurídicos, tende a se esvaziar a médio e longo prazo.

OPERAÇÕES POLICIAIS POR ANO

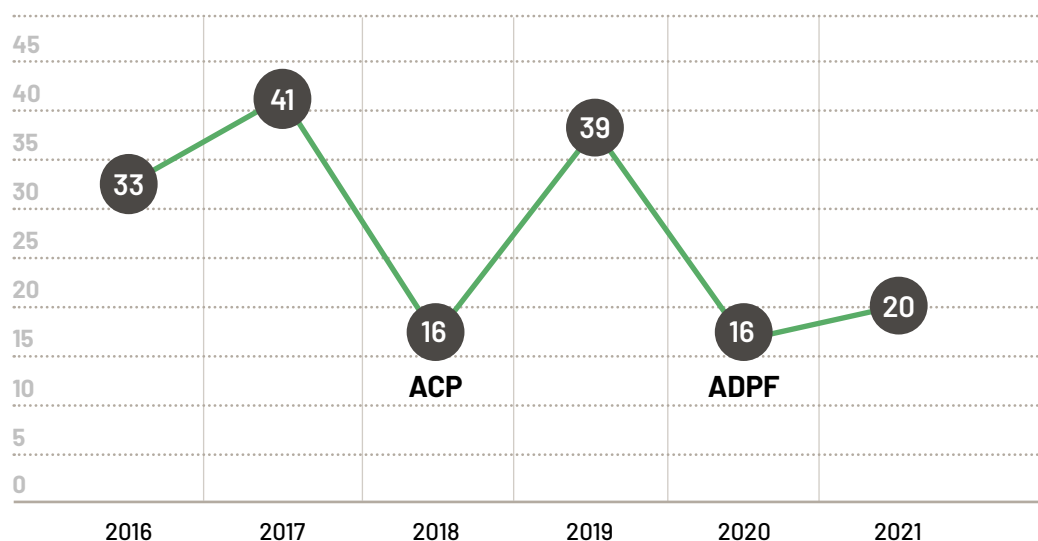


Gráfico 7: Evolução das Operações Policiais no Conjunto de Favelas da Maré por ano

O ano de 2019 serve como uma das evidências desta hipótese, pois apesar da ACP da Maré, os números dos impactos da violência aumentaram em uma proporção exorbitante quando comparados aos do ano de 2018. O ano de 2021 também apresenta algumas evidências da gradual flexibilização dos instrumentos jurídicos que reduzem a violência. Ainda que este ano apresente números inferiores a outros períodos do monitoramento, é possível identificar o aumento dos impactos negativos das operações policiais quando a comparação se dá com o ano de 2020 (vide Gráfico 8).

Isso porque, apesar da determinação do STF, as polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro descumprem a restrição a operações policiais durante a pandemia

IMPACTO DAS OPERAÇÕES POLICIAIS NA MARÉ DE 2016 ATÉ 2021

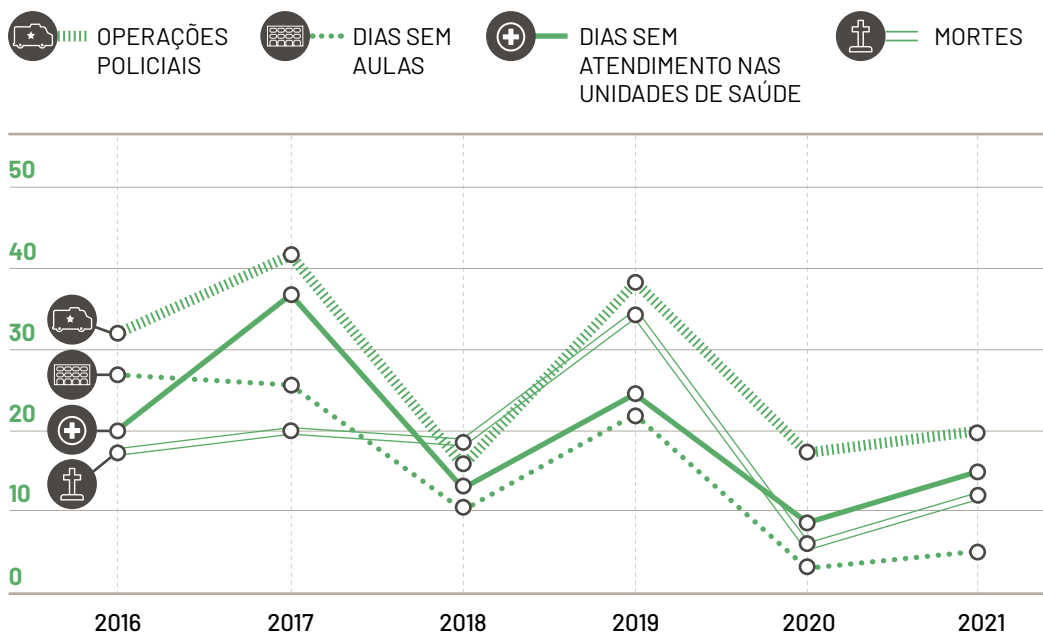


Gráfico 8: Impactos das operações policiais na Maré de 2016 até 2021

e deixam de comunicá-las ao Ministério Público, como deveriam, sem grandes consequências jurídicas. Isso ocorre em favelas de toda a Região Metropolitana. Um levantamento feito pelo Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF) apontou que de janeiro a novembro de 2020, 45,7% das operações policiais em favelas do Rio de Janeiro descumpriram a determinação do STF. Este estudo indica que a Polícia Civil não comunicou 91,1% de suas operações em favelas, no período analisado. A corporação teve uma média de 2 mortes por operação. A Polícia Militar, com uma subnotificação de 21,1%, registrou **4 mortes** para cada dez operações - ou seja, uma taxa de probabilidade letal de 40%.

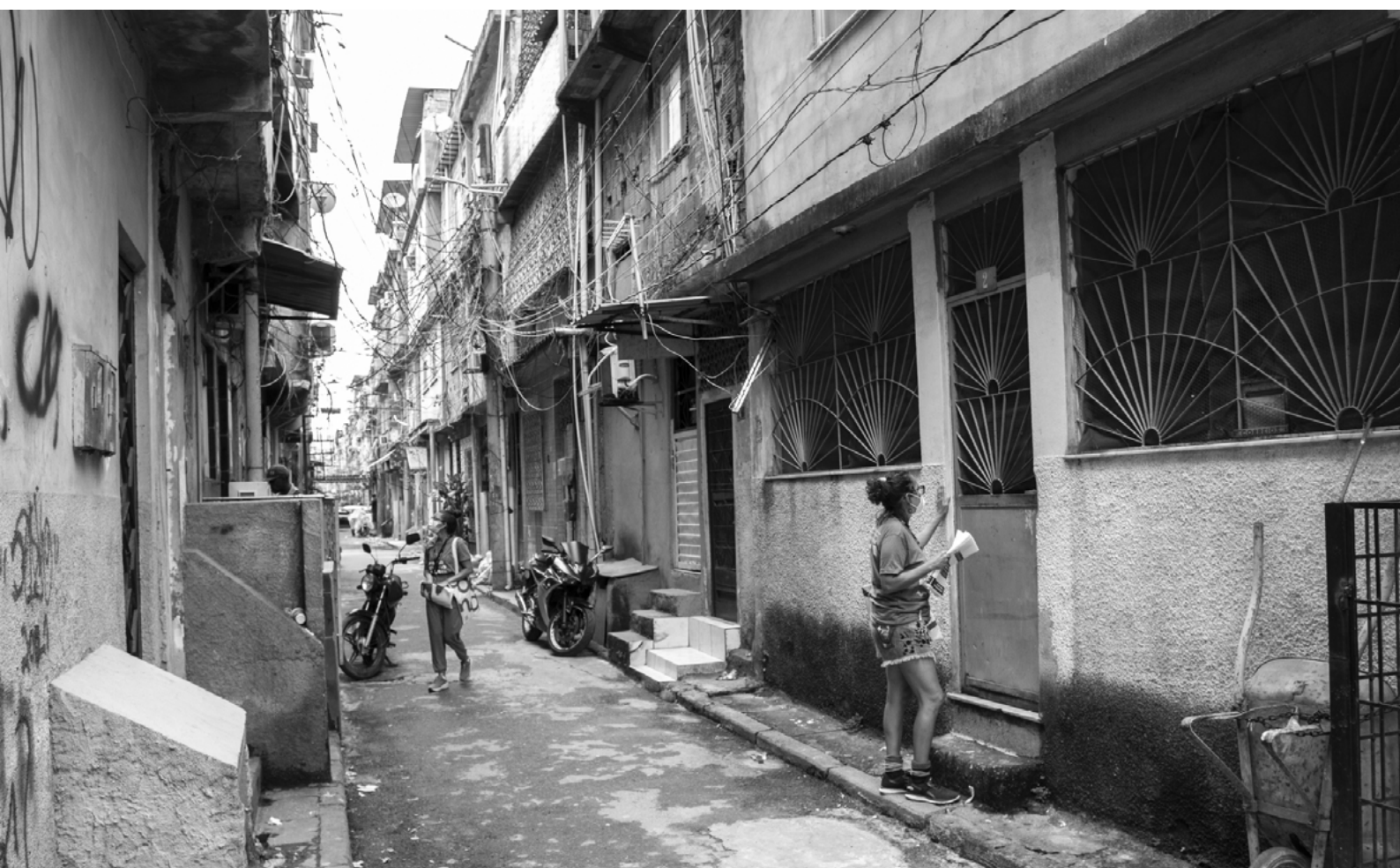


No ano de 2021, até o dia 15 de dezembro, o estudo indica que foram realizadas 818 operações policiais na Região Metropolitana. Deste total, cerca de 41,7% das operações não foram informadas ao MPRJ. A Polícia Civil não comunicou aproximadamente 70% do seu total de operações. Já a Polícia Militar não comunicou cerca de 31,5% do seu total de operações. Em contrapartida, a Polícia Civil registrou 1,3 mortes para cada operação, em média, e a Polícia Militar registrou 7 mortes a cada 10 operações.⁶

⁶ Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/> e Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI), da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://geni.uff.br/>

Na Maré, apesar da diminuição dos impactos negativos nos anos de 2020 e 2021, verificados no gráfico 8, a determinação jurídica da ADPF também foi sistematicamente descumprida. Apesar disso, é de se notar que, comparativamente, a determinação da ADPF das Favelas apresentou maior efeito na Maré, o que pode ser explicado pelo histórico de lutas sociais no território, onde instrumentos e instituições jurídicas são potencializados pela mobilização de moradores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Já o caso de Marcílio Dias destoa deste contexto e é lá onde o índice de descumprimento foi maior. A comunicação das operações ao Ministério Público foi feita em todas as operações que aconteceram nas outras 15 favelas da Maré. Os 30% de operações não comunicadas aconteceram justamente em Marcílio Dias.

Ainda, os números monitorados pelo “*De Olho na Maré!*” indicam que 70% das operações policiais na Maré em 2021 aconteceram próximo a escolas e creches, 83% aconteceram próximo a unidades de saúde, e não foi identificado o uso de câmera de vídeo, áudio ou GPS em nenhuma operação policial, assim como em apenas uma ação houve presença de ambulância e equipes de saúde. Em 60% das operações policiais foram feitas denúncias de violação de domicílios e apesar das **11 mortes** registradas em **20 operações**, apenas **1 perícia** foi realizada.



AÇÕES DOS GRUPOS ARMADOS

O Conjunto de Favelas da Maré é um extenso território que margeia a Avenida Brasil, do Conjunto Esperança até Marcílio Dias, compreendendo um espaço que faz fronteira com os bairros de Manguinhos, Bonsucesso, Ramos e Penha. As favelas que a compõem são ocupadas por 3 grupos que dominam e monopolizam o uso da força armada de maneiras distintas, perpetuando violências e violações de direitos contra a população local. Dois desses grupos praticam a venda de substâncias ilícitas e um deles se caracteriza como milícia. Dentre as ações perpetuadas por esses grupos armados, a metodologia do “*De Olho na Maré!*” elenca quatro categorias principais:

- i Confrontos entre os grupos armados:** normalmente relacionados a disputas entre os grupos armados por controle territorial, possuem longa duração e intensidade.
- ii Registro de tiros:** situações pontuais de disparos relacionados a provocações entre os grupos armados, comemorações ou teste de armamento.
- iii Registro de tiros com vítima:** trata-se de um dado qualificado do registro de tiro, quando ocasiona letalidade violenta, mas que não está relacionada ao confronto entre os grupos armados.
- v Outras ações dos grupos armados:** uso da violência pelos grupos armados em situações com outras características, como disparos contra viaturas.



Durante o ano de 2021, foram 44 registros de tiro, 8 registros de tiro com vítima, 15 confrontos entre os grupos armados e 6 outras ações dos grupos armados. Essas ações se distribuíram ao longo do ano em uma média constante, com exceção de alguns meses que apresentam maior registro, ocasionando um total de 11 mortos e 10 feridos, dentre outras violações. Se comparado a 2020, observa-se uma queda de 30% em relação aos registros de tiro e de 43% nos confrontos entre os grupos armados.



15

CONFRONTOS
ENTRE GRUPOS
ARMADOS

44

REGISTROS
DE TIRO

8

REGISTROS
DE TIRO
COM VÍTIMA

6

OUTRAS AÇÕES
DOS GRUPOS
ARMADOS



AÇÕES DOS GRUPOS ARMADOS



Registro de tiro

44 60%



Confrontos entre os grupos armados

15 21%



Registro de tiro com vítima

8 11%



Outras ações dos grupos armados

6 8%

Gráfico 9: Ações dos grupos armados nas 16 favelas da Maré



CONFRONTOS ARMADOS POR MÊS

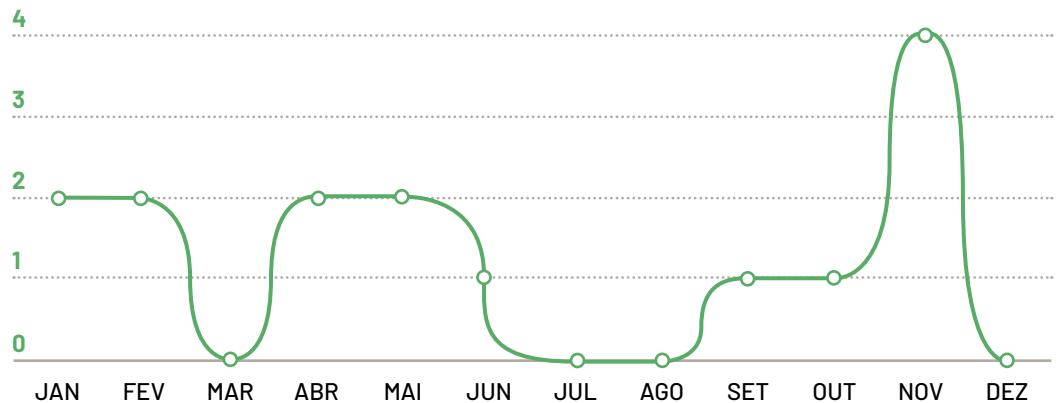


Gráfico 10: Confrontos armados por mês em 2021

As categorias de ações dos grupos armados trazem diferentes impactos correlatos. Os registros de tiro, por exemplo, por serem situações pontuais e de curta duração, normalmente não impactam no fechamento de unidades de saúde e educação, mas afetam a livre circulação e o bem-estar dos moradores. Já os registros de tiro com vítima, além do impacto direto em **10 mortes** e **3 feridos**, foram acompanhados de violência física, violência verbal, tortura e

subtração de pertences. E nos confrontos entre grupos armados, caracterizados por ações mais intensas e duradouras, tiveram **1 morte e 6 feridos**, além da suspensão de **1 dia** de aula para cerca de **17 escolas** e de **1 dia** de atendimento nos postos de saúde.



REGISTRO DE TIRO POR MÊS

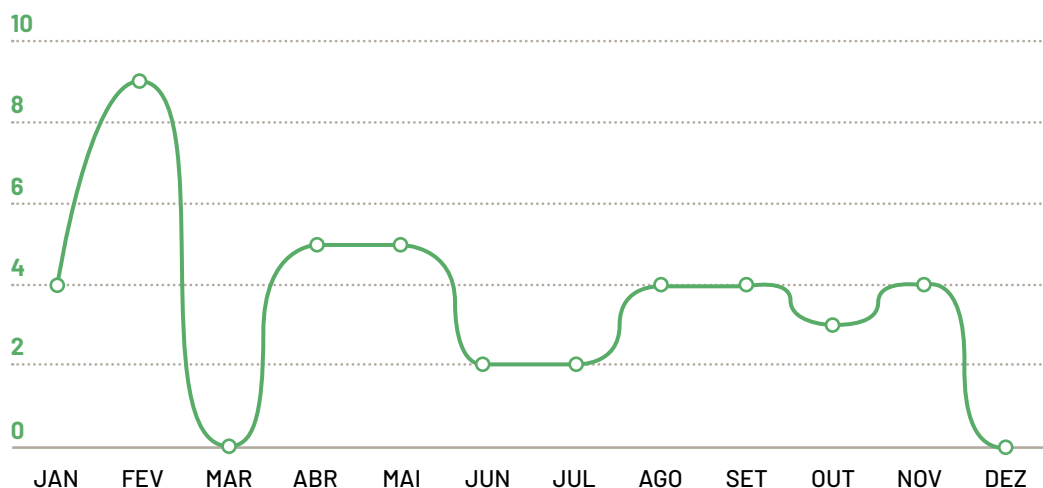


Gráfico 11: Registro de tiro por mês em 2021

O registro de tiro com vítima não necessariamente é acompanhado pelo número de mortes (contraste Gráfico 12 e 13). Isso é porque os confrontos não têm caráter necessariamente letal, mas sim de expansão ou defesa de domínio territorial. Por outro lado, há uma violência letal particular que ocorre nesta dinâmica e se refere a mortes direcionadas (execuções) ligadas a processos de regulação de conflitos, como o justicamento paralegal. Este elemento reforça a importância de que sejam desenvolvidas ações do Estado mais diversas do que o foco em operações policiais de confronto, especialmente quanto a reverter a histórica ausência de equipamentos públicos e do sistema de justiça na Maré, que abre espaço para este tipo de prática paralegal.



REGISTRO DE TIRO COM VÍTIMA POR MÊS

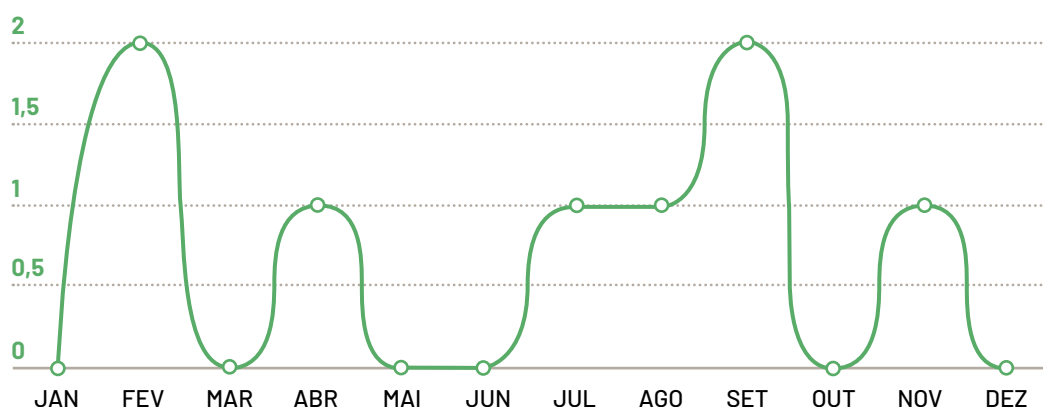
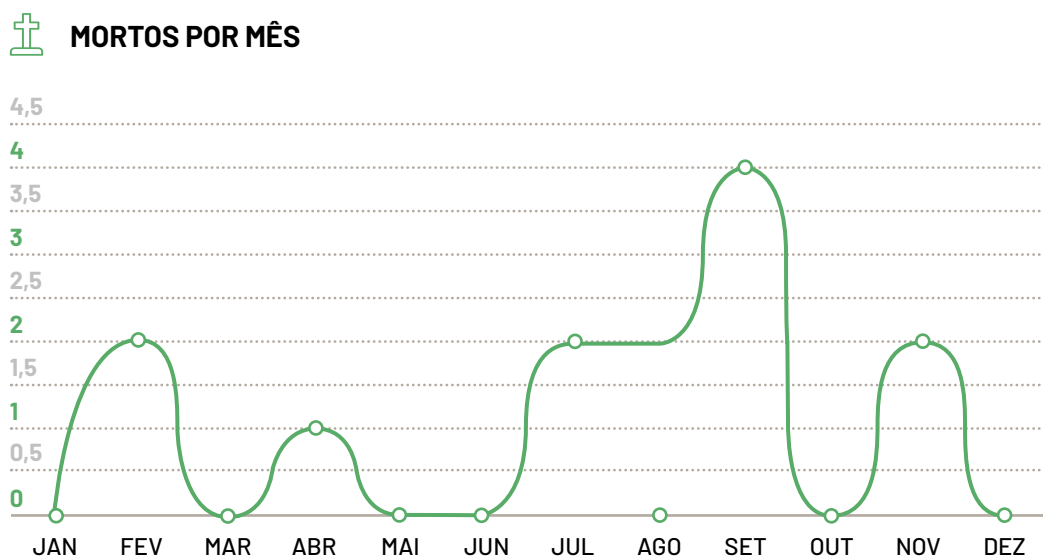


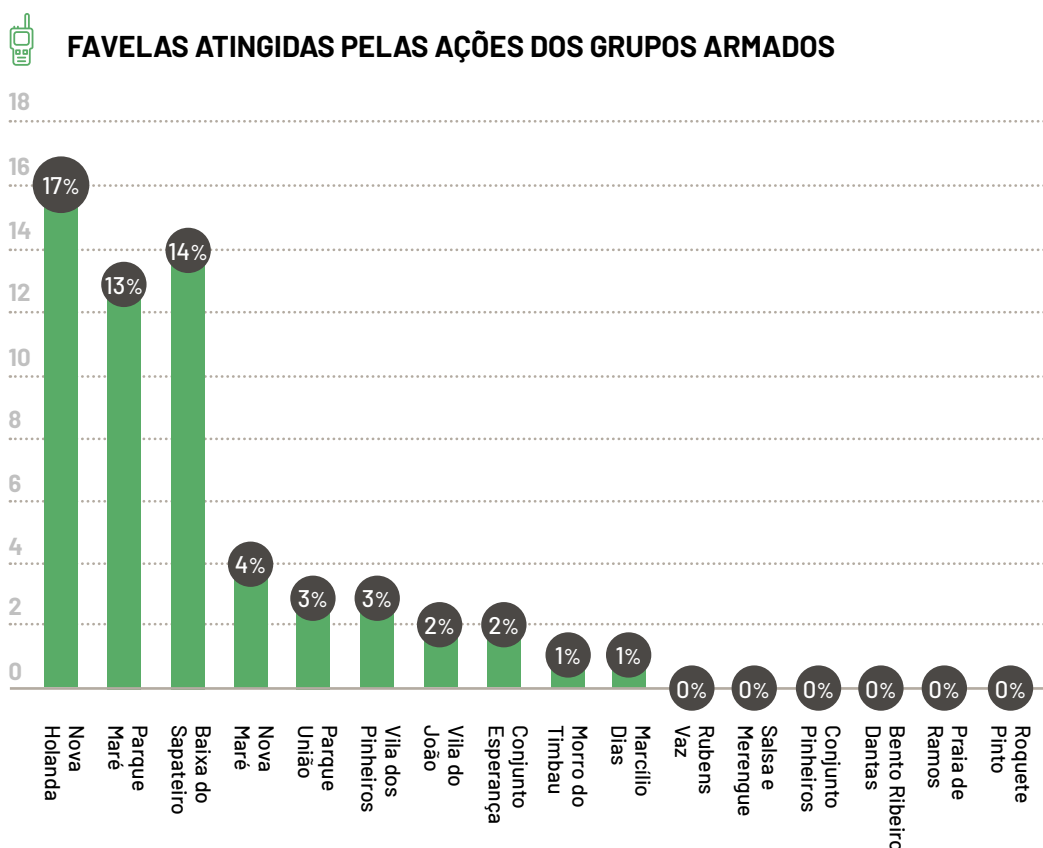
Gráfico 12: Registro de tiro com vítima por mês de 2021

Gráfico 13: Mortos por mês em 2021



Uma dificuldade presente desde o início do monitoramento da violência armada na Maré é a coleta de informações nas favelas dominadas por grupos de milicianos, como nos casos de Roquete Pinto e Praia de Ramos. Pelo tipo de controle que se estabelece nestes territórios, os moradores são silenciados por medo de retaliações. São locais onde o porte de arma é menos visível, mas é presente a violência psicológica, extorsão de moradores e comerciantes, desaparecimentos e execuções sumárias. Por isso, os dados sobre estas regiões são menos expressivos (Gráfico 14), o que não necessariamente reflete uma realidade menos violenta.

Gráfico 14: Favelas atingidas pelas ações dos grupos armados em 2021



Dentre os territórios de atuação dos grupos armados implicados no varejo de substâncias ilícitas, os mais atingidos por ações deste tipo foram Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Nova Maré, que integram uma área conhecida pelos confrontos armados, a Divisa. Todos os confrontos entre grupos armados registrados em 2021 ocorreram nesta região.

Assim como ocorre quando analisamos os impactos das operações policiais, fazemos a leitura dos rebatimentos das ações dos grupos armados por áreas, seguindo os mesmos critérios de continuidade territorial, espaços comuns de sociabilidade e limites físicos ou simbólicos. Em relação a esta delimitação, os agrupamentos permanecem os mesmos, apenas acrescentando a Área 6, nas proximidades da Rua Ivanildo Alves. Salientamos a Área 6, porque é historicamente uma fronteira entre a região de atuação de dois diferentes grupos armados, com maior número de ações relacionadas à violência armada, seguida pela Área 3, como demonstra o Mapa 2.

Para além do número de mortos e feridos, a violência armada vinculada aos grupos armados também tem como resultado a violação dos direitos dos moradores. Em 2021 foram documentadas 1 subtração de pertences, 5 violências físicas, 5 casos de tortura e 1 ameaça. A população fica sujeita ao jugo daqueles que detêm o poder bélico no território, não tendo acesso ao direito à uma vida segura.

Violações de Direitos	Quantidade
MORTE	11
FERIDOS	10
SUBTRAÇÃO DE PERTENCES	1
VIOLÊNCIA FÍSICA	5
TORTURA	5
AMEAÇA	1
Total	33

Tabela 4: Violências e violações de direitos em 2021

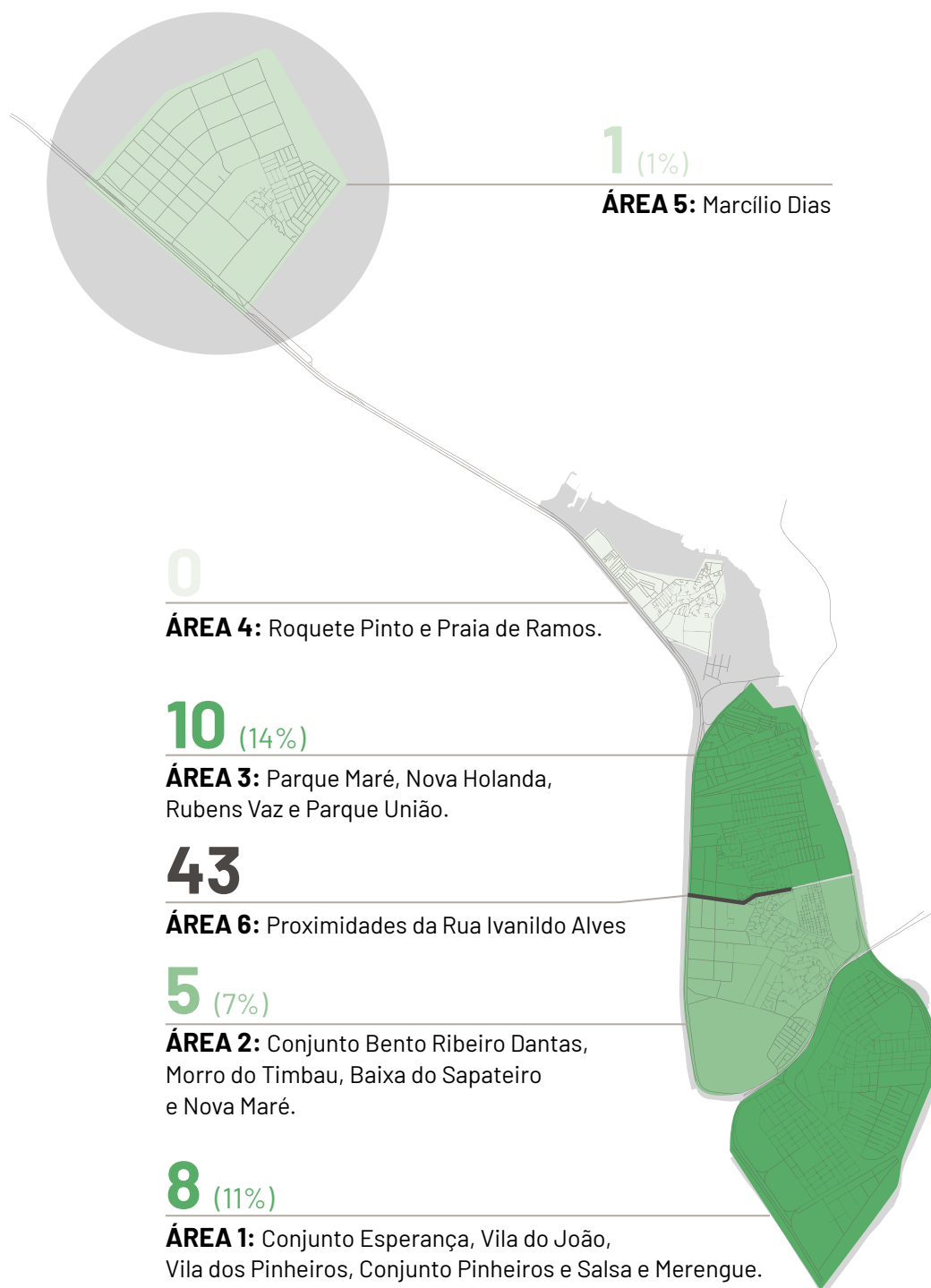
O convívio com a violência armada e com a falta de segurança pública, seja em relação às ações dos grupos armados ou do Estado, traz também diversos efeitos sobre a saúde da população. É o que demonstra a pesquisa *Construindo Pontes - Uma investigação sobre saúde mental, violência, cultura e resiliência na Maré*⁷, apontando que 50% dos moradores do Conjunto Esperança até a Nova Maré e 48% dos que moram entre o Parque Maré e o Parque União já estiveram no meio de um tiroteio. A pesquisa revelou, ainda, que 31% dos res-

⁷ Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/LIVRO_01_CONST_PONTES_ONLINE.pdf

pondentes perceberam prejuízos à saúde mental e emocional.

Desses, os quadros mais comuns foram episódios depressivos (26%) e ansiedade (25,5%). Dos 44% de entrevistados que estiveram em meio a um tiroteio, 12% relatam pensamento sobre suicídio e 30% sobre morte. Assim, além das repercussões objetivas dos impactos da violência armada na saúde, como ferimentos por arma de fogo e morte, existem, também, os impactos subjetivos naqueles que vivenciam essas situações de violência.

Mapa 2: Áreas atingidas por ações dos grupos armados em 2021



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2021, foi marcado pela continuidade da crise sanitária e humanitária da pandemia de covid-19. Na política de segurança pública do Rio de Janeiro, 2021 foi marcado também pela continuidade da suspensão das operações policiais pelo STF, no âmbito da “ADPF das Favelas”, de junho de 2020. Desde então e até dezembro de 2021, a quantidade de operações foi reduzida em relação aos anos anteriores. Acompanhando a redução das operações, a violência armada na Maré como um todo foi significativamente reduzida – incluindo-se a incidência de mortes violentas e outras diversas violações de direitos, como temos mostrado nos últimos *Boletins Direito à Segurança Pública na Maré*.

É paradoxal que refrear a política de segurança pública resulte em melhores indicadores de direitos para os moradores, tanto para a ação da polícia quanto de grupos armados. No entanto, essa importante redução ainda não é uma suspensão efetiva. Os dados apresentados neste Boletim evidenciam o descumprimento da determinação do STF pelas forças de segurança pública do Rio de Janeiro.



A Maré ainda apresenta impactos negativos menos elevados do que o restante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como apontam os dados do Geni/UFF e como evidenciam as chacinas do Jacarezinho e do Complexo do Salgueiro, citadas neste boletim. Essa variação no cumprimento da determinação do STF também foi verificada dentro da própria Maré, comparando-se dados sobre suas 16 favelas. Um aspecto importante influenciando essa variação e flexibilização é o nível de mobilização dos moradores locais em lutas por direitos na Maré.

Recursos jurídicos como a ADPF das Favelas se tornam aliados nas reivindicações ativas dos moradores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Através destes, os recursos jurídicos se tornam mais efetivos na contenção

da política de segurança pública e no controle externo das atividades policiais. Mas nem todas as favelas da Maré se beneficiam desta contenção, como é o caso destacado de Marcílio Dias, que é gerida por uma região administrativa diferente.

A inconsistência das instituições e corporações estaduais é verificada em todo o Rio de Janeiro e precisa ser continuamente fiscalizada, especialmente considerando que com o decurso do tempo, o peso das determinações judiciais se enfraquecem, como observamos também quanto à ACP da Maré.



2021 • REDES DA MARÉ

Rua Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda, Maré
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 21044-242

(21) 3105-5531

(21) 3104-3276

comunicação@redesdamare.org.br

www.redesdamare.org.br



REDES DA MARÉ

Design:

Redes da Maré

Fotos:

Douglas Lopes e Patrick Marinho

Apoio:



FORDFOUNDATION

**16 ASSOCIAÇÕES DE
MORADORES DA MARÉ**

GENI

Grupo de
Estudos
dos Novos
legalismos

Realização:



Acesse esta publicação em:

[www.redesdamare.org.br/
publicacoes](http://www.redesdamare.org.br/publicacoes)

